



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS CAMPINA GRANDE- PB

CENTRO DE EDUCAÇÃO- CEDUC

CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

ANDERSON MENDES GOMES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA
TRANSFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA-
PB**

CAMPINA GRANDE

2015

ANDERSON MENDES GOMES

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA
TRANSFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA-
PB**

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação
em Licenciatura Plena em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado em Geografia.

Orientador: Prof. Esp. Daniel Campos Martins

CAMPINA GRANDE

2015

ANDERSON MENDES GOMES

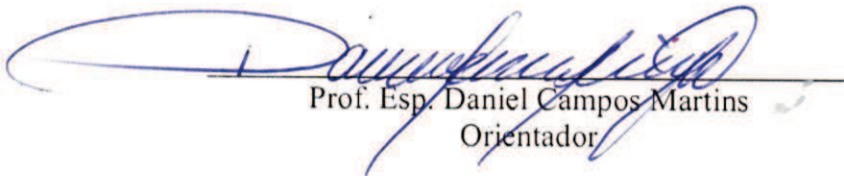
**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA
TRANSFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA-
PB**

Trabalho de Conclusão de Curso Graduação
em Licenciatura Plena em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
graduado em Geografia.

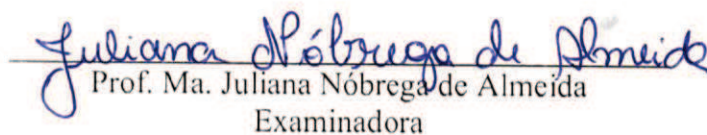
Orientador: Prof. Esp. Daniel Campos Martins

Aprovado em: 01/12/2015.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Esp. Daniel Campos Martins
Orientador


Prof. Dra. Joana d'Arc Araújo Ferreira
Examinadora


Prof. Ma. Juliana Nóbrega de Almeida
Examinadora

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

G633p Gomes, Anderson Mendes

A produção do espaço urbano e a atuação do poder público na transformação do município de São Sebastião de Lagoa de Roça-PB [manuscrito] / Anderson Mendes Gomes. - 2015.
27 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.

"Orientação: Prof. Esp. Daniel Campos Martins, Departamento de Geografia".

1. Urbanização 2. Crescimento Urbano 3. Políticas Públicas
4. Poder Público I. Título.

21. ed. CDD 711.4

Ao meu pai, pela dedicação, companheirismo e amizade, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Quero em primeiro lugar, agradecer aquela que escolheu ser minha mãe. Lourdes, serei eternamente agradecido por seu amor incondicional, pelas inúmeras vezes que você esteve presente nos momentos mais importantes da minha vida apoiando, lutando junto comigo, chorando e comemorando como se eu fosse um filho nascido do seu ventre. E com o tempo, me tornei sim! E tenho muito orgulho de poder chamá-la de minha Mãedrastra.

Agradeço a minha ex professora de Geografia da antiga oitava série Anuska Moura Santos que, mesmo faltando alguns anos para a conclusão dos nossos estudos no ensino regular, já nos motivava a escolher um curso e se dedicar para a futura profissão. Foi através de você Anuska e por suas aulas que minha paixão pela ciência geográfica iniciou-se e decidi ser um professor de geografia. Não esqueço também daqueles que foram meus professores de geografia: Gabriel, Gilmara e Carlos André.

Obrigado Geane, Fabiana e Ângela, pela companhia durante as idas e vindas à cidade de Campina Grande para que eu pudesse reforçar meus conhecimentos e passar no vestibular. Jamais esquecerei esse tempo que foram de inúmeras aventuras entre frio, chuva, falta de dinheiro pro lanche e inúmeras caronas para que pudéssemos chegar em casa.

Agradeço a todos os professores que me ensinaram durante a graduação. Todos são colaboradores de meu sucesso e sempre serei grato pela dedicação a qual se dispuseram em dividir conhecimento. Faço aqui menção ao professor Hélio, não que tenha tido mais importância que os outros mas, durante uma conversa pessoal que tivemos algumas palavras ditas por ele, creio que me marcará pelo resto da vida e a partir dela busco motivação para continuar essa jornada.

Obrigado Alex Macedo por suas palavras de motivação e presença em vários momentos de minha vida. Sua amizade e companhia, mesmo que por um momento de minha vida contribuíram significativamente para minha melhoria como ser humano e nas minhas relações pessoais. E, hoje sou melhor!

Tatiane Rodrigues, não sabes a admiração que tenho por sua pessoa. Agradeço pelos conhecimentos divididos, pelos momentos vivenciados e por sua confiança. Gratidão é uma palavra pouca para que eu expresse o quão você foi importante e a cada momento sua presença se torna essencial e especial em minha vida. Se um dia, deixarmos de ser próximos pelas circunstâncias da vida, saibas que, essas palavras não foram ditas por acaso e nem o tempo será capaz de invalidalas.

Existem profissionais muito bons com títulos, mas, os melhores são aqueles que mesmo sem um diploma na área, sabe se portar talvez melhor que certos profissionais. Gaby, você foi uma pessoa

colocada por Deus nos momentos que mais precisei de uma palavra para que eu pudesse sabe como agir. Escrevi esses agradecimentos oito dias após um momento que estava prestes a desistir daquilo que tanto sonhei. E você, com suas palavras e seu jeito me motivou e assim, abri meus olhos. Oito dias após isso, escrevo essas palavras com enorme agradecimento crendo que “já deu” e “vai dar tudo certo”.

Obrigado professor e meu orientador Daniel Campos. És exemplo de profissionalismo, gentileza, honestidade, humildade. Todos esses adjetivos são poucos para extrair o “supra sumo” das inúmeras qualidades existentes em sua pessoa. Agradeço pelos conhecimentos compartilhados e pela disposição em ajudar no momento que mais precisei em minha graduação. Já tive professor que me influenciou na escolha da profissão e , você será o professor que terei como referência para ser um PROFESSOR com todas as qualidades que um profissional possa ter.

Agradeço as professores Joana D’arc e Juliana Nóbrega pela amizade e pela discussão e alguns pontos referentes ao trabalho de conclusão de curso. A presença de vocês nesse dia, ficará marcada para sempre em minha vida.

Em especial, agradeço a todos da minha família. Encontro em vocês meu porto seguro, mesmo muitas vezes sendo distante. Obrigado Laís pela confiança. Obrigado Felipe pela admiração, sabendo eu que muitas vezes nem sou merecedor. Obrigado Valéria pelo abraço de parabéns por eu ter passado no vestibular (jamais esquecerei) e pelas inúmeras ajudas concedidas durante o curso. Carlos Antônio e Larissa, espero que um dia ao lerem esse artigo possam inspirar-se em vencer e alcançar melhores lugares que eu.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	09
1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS CIDADES	11
Os Agentes Sociais e Processos do Produção do Espaço Urbano.....	14
2. SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA: SUA LOCALIZAÇÃO E ELEMENTOS FISIAGRÁFICOS	18
3. EVOLUÇÃO URBANA DE S.S. DE LAGOA DE ROÇA	19
A Ação do Estado no Município.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS.	35

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO NA TRANSFORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA-PB

Anderson Mendes Gomes
Graduando em Geografia pela UEPB
e-mail: andersonm.g@hotmail.com

RESUMO: O presente trabalho visa analisar a expansão do solo urbano no município de São Sebastião de Lagoa de Roça, bem como refletir sobre a importância das ações que o poder público teve para o seu crescimento nos últimos dez anos. Vale salientar que, a construção do espaço é feita por vários agentes que apresentam interesses e conseqüentes obras motivadas por atividades executadas a partir de atos um do outro. Desse modo, este estudo, procura refletir sobre a atuação do Estado e suas ações executadas por interesses através de alianças com os diversos membros da sociedade, como também por um provável favorecimento indireto de pessoas ligadas à administração municipal. Através da pesquisa realizada, pode-se observar uma descontinuidade na conclusão de obras e, falta de critérios para a escolha de local e implantação de serviços de infraestrutura (água, esgotamento, iluminação pública, pavimentação). Assim, procura-se estabelecer uma comparação com as diversas teorias existentes sobre a forma como o espaço urbano é produzido e analisar as particularidades existentes principalmente nas pequenas cidades.

Palavras chave: produção do espaço, pequenas cidades; poder público.

ABSTRACT: This study aims to examine the expansion of urban land in the municipality of São Sebastião de Lagoa de Roça - PB, as well as reflect on the importance of the actions that the government had for its growth in the past decade. It is worth noting that the construction space is made by various agents who have interests and activities attendant works driven by actions performed from one another. Thus, this study aims to reflect on the role of the state and its actions performed by interests through alliances with the various members of society, but also by a likely indirect favoritism of people linked. Administration of the survey, one can observe a discontinuity in the completion of works and lack of criteria for site selection and deployment of infrastructure services (water, sewage, street lighting, pavement). Thus, it aims to establish a comparison with the various existing theories on how urban space is produced and analyze the particularities especially in small towns.

Keywords: production of space, small towns; public Power.

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico é o reflexo da sociedade, cuja construção se dá através de suas necessidades, mas também da adaptação do ser humano ao longo do tempo por sua reprodução. Ao decorrer dos anos, a sociedade foi (re)criando espaços através de ações, que possibilitaram inúmeras transformações paisagísticas oriundas dos mais diversos interesses dos membros da sociedade, bem como das alianças entre eles. Surgiram inúmeros processos

que contribuíram para isso, dentre eles destaca-se a industrialização concentrada nos espaços urbanos; juntamente com a mecanização da agricultura, desencadeando assim uma expulsão dos pequenos produtores para as cidades.

O crescimento das cidades exige uma ocupação maior do solo, fazendo assim que exista uma agregação de áreas, antes rurais, para o uso urbano. Nesse processo de transformação, a especulação potencializa o chamado mercado de terras, agregando cada vez mais valor ao solo. Essa diferenciação de valores ocasiona a formação de áreas diversificadas em termos de padrão habitacional, infraestrutura, equipamentos e de serviços urbanos.

Localizado no Estado da Paraíba, o município de São Sebastião de Lagoa de Roça (doravante S.S. de Lagoa de Roça), insere-se nesse contexto, pois, verificou-se nos últimos dez anos uma ação crescente de agentes responsáveis diretamente na obtenção de terras para geração de lucro ou ações visando à diminuição do *déficit* habitacional.

O papel do Estado se faz de grande importância na produção e expansão desse espaço tido como urbano, principalmente na construção de moradias, legislação vinculada ao uso do solo, implantação de serviços públicos tais como: sistema viário, calçamento, água, esgoto e iluminação. Serviços de grande interesse não só à população em geral, mas também a empreendedores. Foi através da legalização e reconhecimento de lotes de terra destinados à venda para geração do lucro que, os loteamentos tornaram-se os grandes responsáveis pelo crescimento da área urbana do município na última década, aliada com os empreendimentos feitos pelo Estado que trouxeram aberturas de novas vias de tráfego e conseguinte valorização das áreas próximas.

A pesquisa a cerca da expansão e transformação urbana em S S Lagoa de Roça foi realizada através de um estudo in loco na cidade e em todos os loteamentos particulares, bem como conjuntos habitacionais do estado surgidos nos últimos dez anos na cidade. Primeiramente foi feito todo um levantamento e revisão bibliográfica de autores que abordam a temática central do trabalho, sendo posteriormente levantados questionamentos que norteariam a pesquisa. Em seguida realizou-se um estudo in loco, para que fossem coletados os dados necessários ao trabalho.

A atividade em campo subdividiu-se em dois momentos, inicialmente foi realizado um levantamento de informações sobre o município de São Sebastião de Lagoa de Roça, na Prefeitura Municipal, Secretaria de Obras e Urbanismo, além de informações colhidas no

IBGE. Posteriormente foi feito um estudo de campo, no qual foram feitas entrevistas semi-estruturadas e questionários aplicados aos proprietários dos loteamentos, bem como, moradores das áreas. Os dados obtidos foram analisados e tabulados e originaram gráficos e tabelas observados no decorrer do trabalho. Foi feito também, uma cobertura fotográfica da área, para que alguns aspectos ressaltados pudessem ser visualizadas.

A análise de estudo é feita num recorte temporal de dez anos (2004 -2015), com dados gerais do município e do objeto desse estudo colhidos durante o decorrer do processo investigativo. O trabalho que resulta dessa pesquisa foi estruturado em três momentos que abordam primeiramente a origem e evolução das cidades, num segundo momento serão feitas considerações a cerca a importância a atuação do agentes de produção do espaço urbano no processos de produção e reprodução desses espaços. Posteriormente no terceiro momento é feita uma breve análise do município de São Sebastião de Lagoa de Roça em seus aspectos históricos e espaciais, bem como, a discussão sobre a expansão urbana e transformação do espaço urbano desta cidade.

1. ORIGEM E EVOLUÇÃO DAS CIDADES

A cidade é um objeto complexo, e por isso mesmo, difícil definir seu conceito, assim como datar especificamente seu início. A idade de um lugar pode ser datada através do seu nascimento jurídico, assim como por intermédio de suas técnicas que “são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 2006, p.16).

Partindo da necessidade de terras cultiváveis para a prática da agricultura, pode-se afirmar que, as primeiras cidades têm seu início e localização determinados pelo fator de ordem geográfica natural, no qual os primeiros aglomerados humanos surgiram influenciados pela procura de locais com grandes reservatórios de água, assim como também pelas condições climáticas favoráveis à produção de alimentos e criação de pastos. Como descreve Souza,

As primeiras cidades fazem seu aparecimento na esteira da chamada Revolução Agrícola ou, também, “Revolução Neolítica”, por ter ocorrido no período pré-histórico conhecido como Idade da Pedra Polida ou período neolítico (neo: novo; Lithikós: pedra). É, com efeito, na Idade da Pedra Polida que se inicia a prática da agricultura, e graças a isso irão surgindo, aos poucos, assentamentos sedentários, e depois as primeiras cidades. (SOUZA, 2008, p.43).

Não se pode falar em expansão e evolução das cidades sem que se faça um percurso histórico das suas diversas formas e funções assumidas ao longo dos anos. A relação entre os fixos e fluxos, materializados através das técnicas utilizadas em determinado momento histórico, vão estar presentes na paisagem, diferenciando o espaço produzido pela articulação entre o velho e o novo. Portanto, ela vai assumir, em cada época, formas, características e funções distintas resultantes das relações político-sociais.

Por exemplo, para Souza (2008), um dos primeiros assentamentos humanos que pode levar o nome de cidade é Jericó, situada às margens do rio Jordão na Palestina. Sposito (2008) converge com essa ideia e complementa que, “em torno de 5000 a.C em outros pontos da Ásia menor, surgem povoações que podem levar também o nome de cidade: Kisch, Ur e Uruk” . Para alguns estudiosos, até a década de 20, do século passado, a cidade considerada mais antiga seria Ur que segundo os arqueólogos que defendem esse título, ela teria sido construída há 6.000 a.C.

Sposito (2008) defende o título de Jericó como a cidade mais antiga, dado os relatos de sua existência estarem situados a 8.000 a.C, tendo também como referência o fato descrito na bíblia da queda dos seus muros, permitindo, assim, afirmar que ela já existia há muito tempo. Vale ressaltar que esses dois locais tidos como urbanos surgiram próximos a áreas marítimas, influenciados pela necessidade da produção de alimentos para consumo e alimentação dos animais, como podemos observar em

No momento em que o homem fixa-se no solo como agricultor é dado o primeiro passo para a formação das cidades. Quando o homem começa a dominar um elenco de técnicas menos rudimentares que lhe permitem extrair algum excedente agrícola, é um segundo impulso para o surgimento das cidades, visto que ele pode agora dedicar-se a outra função que não a de plantar (CARLOS, 2008, p.58-59).

É o excedente agrícola que implicou inicialmente a necessidade de uma organização social com pessoas designadas para a colheita, armazenagem e distribuição; surgindo desta forma segmentos especializados em atividades outrora inexistentes. A passagem da produção de subsistência para uma produção de alimentos permitiu o surgimento de áreas com concentração de atividades agrícolas.

Para Sposito (2008), as chamadas aldeias antigamente não podem ser consideradas como espaços urbanos, pois, o que vai diferir o rural do urbano são os tipos de atividades (serviços) e sua hierarquização em cada um. Complementando essa ideia, Souza (2008)

acrescenta que, na natureza da aldeia ou do povoado, a atenção de seus moradores estão voltadas para suas bordas onde começam os campos de cultivos; diferentemente dos centros urbanos, onde as aglomerações estão voltadas para a área central, onde se concentram os negócios.

Na obra de Ledrut (1968) apud Ribeiro (2003), as aldeias apresentariam uma formação mais homogênea, apresentando uma fraca diferenciação interna e suas relações sociais giram em torno dos centros de atividades espacializadas.

Essa ideia chamada de “teoria das localidades centrais” foi registrada em 1933, pelo economista e geógrafo alemão Walter Christaller, em seu livro *Lugares centrais na Alemanha Meridional*. Ele defendia que, a centralidade de uma cidade estaria na sua capacidade, na sua oferta de bens e serviços a partir de uma área de influencia específica.

Para Darcy Ribeiro (apud Carlos, 2009, p. 59), a origem das cidades se confunde com o princípio de uma hierarquização social, vinculando a existência de pelo menos seis elementos: divisão do trabalho, divisão da sociedade em classes, acumulação tecnológica, produção do excedente agrícola, sistema de comunicação e concentração espacial das atividades não agrícolas.

Essa forma de dominação criou condições para uma relação de exploração, contribuindo assim para a geração de uma sociedade de classes, sendo essa condição indispensável e necessária para a origem da própria cidade. Essa divisão através da participação diferenciada dos seres humanos no processo de produção, distribuição e apropriação do excedente agrícola vai determinar uma diferenciação espacial das atividades executadas pelo homem da cidade e do campo.

As cidades não surgem apenas como aglomerados humanos com diferenciação de classes, mas também, como afirma Carlos (2009), como um mercado (de matérias-primas, mercadorias e de força de trabalho); atividades de apoio à produção (escritórios, agências bancárias, depósitos, etc) materializando assim a concentração de todas essas atividades.

Desta forma percebe-se que, as atividades executadas nos espaços tidos como urbanos diferenciam-se das áreas consideradas rurais. O uso do solo é usado de forma diferenciada, como por exemplo, na área rural a terra é vista como modo de produção, o solo tem um valor devido a sua fertilidade para uso da produção agrícola, nos espaços tidos como urbanos o solo é visto como meio de produção para as atividades consideradas secundária e terciária.

A partir dessas diferenciações, há um aperfeiçoamento de técnicas dos meios de produção, além de que as desigualdades sociais aprofundam-se através de uma hierarquização que, por sua vez, passaria a ser formada em função de dominados e dominadores. Os diversos interesses das classes sociais existentes no espaço urbano fazem da cidade um espaço de dominação política, ou como descreve Souza (2008), um centro de gestão de território.

Essa relação entre dominados e dominadores das mais diversas classes sociais desencadeia na cidade um espaço dotado de transformações a partir dos interesses do agente que interfere na sua construção. As funções desses espaços são desempenhadas através de papéis bem específicos através de territórios formados para a gestão das mais variadas atividades econômicas.

1.1 Os Agentes Sociais e Processos de Produção do Espaço Urbano

O espaço geográfico é resultado do trabalho realizado e materializado através da relação do homem e a natureza. Esse espaço não tem sua construção, formação ou finalização acabada, ele possui formas e dinamismo, a partir das mais diversas interações dos membros entre si presentes na sociedade. Essas ações são dotadas de intencionalidade e de ordem material “porque as necessidades primárias, isto é, as vitais para que o ser humano se reproduza como espécie biológica e social são, segundo Engels, comer, vestir-se, abrigar-se, entre outros” (GOMES, 1991, p.21). O próprio homem através de suas necessidades biológicas produz e reproduz o espaço no qual está inserido e nessa dinâmica o espaço nunca se esgota, sempre será recriado, redimensionado e transformado.

Dessa forma, o ser humano se apropria dos meios que possa garantir sua sobrevivência através do trabalho. Tal fato ocorre porque, no capitalismo a produção não existe para o suprimento das necessidades humanas, e sim, para a geração de maior lucro. O trabalhador atua na construção de um espaço em que muitas vezes não fará uso dele, devido a questões de ordem financeira.

Antes de se falar nos agentes e processos de produção do espaço urbano é necessário que se compreenda o próprio conceito de espaço urbano e como são as relações desse espaço dentro de um sistema capitalista. Temos que, num modo de produção capitalista o espaço urbano irá assumir formas e características do sistema que o gerou, tendo a sua organização voltada para o acúmulo de capital assim,

O espaço de uma grande cidade capitalista constitui-se, em um primeiro momento de sua apreensão, no conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Tais usos definem áreas, como o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de formas e conteúdo social, de lazer e outras reservadas para a futura expansão. (CORRÊA 2000, p. 06)

A forma como se dá a organização espacial da cidade se trata do próprio espaço urbano para o autor. Na lógica capitalista o espaço urbano será um espaço fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social e uma reprodução das relações sociais que ali se estabelecem (CORRÊA, 2000, p. 06).

Fragmentado, por se tratar de um espaço composto por vários outros subespaços, cada um com sua finalidade, espaços residenciais, áreas industriais, de comércio e entre outras. Por sua vez estes espaços são interligados uns nos outros, pode-se dizer que essa articulação é condição necessária para a reprodução do próprio espaço urbano.

A constituição do espaço urbano capitalista dá-se de forma complexa, tendo a sua formação ocasionada através da definição de novas áreas até a sua reorganização estrutural. As relações de construção e reorganização do espaço são mantidas de forma invariável, devido a sua fragmentação, articulação e intencionalidade das relações de interesses existentes entre o mesmo. Desse modo, tem-se a materialização do espaço como reflexo das relações sociais existentes, assim segundo Corrêa;

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade. (CORRÊA, 2000, p.10)

As inúmeras transformações ocorridas no espaço parte dos mais variados interesses de ordem ambiental, política, socioeconômica e de lazer. Sendo assim, condicionado pelo fator econômico, a fixação do indivíduo no espaço depende do modo hierarquizado em que a sociedade está organizada. Essa organização se dá pela fixação condicionada através das classes sociais referentes ao poder aquisitivo das pessoas, bem como a tendência existente do espaço como (re)produção espacial através do capital.

A inserção de novos espaços considerados urbano dentro da cidade não acontece de forma passiva, já que todas as ações ocorridas partem de uma intencionalidade, que visa ocupar, modelar e fragmentar, a partir do interesse que o agente (re)produtor atua no espaço.

Dessa forma, esse espaço se constrói das mais variadas formas de uso e de interesses individualizados e articulados. Todos esses agentes têm como objetivo comum, a acumulação do capital e/ou, a interferência no processo de mudança do espaço urbano em virtude de seus interesses. A (re)produção da cidade acontece a partir da articulação dos níveis políticos (gestão política), econômico (produção e acumulação do capital) e social (diminuição das contradições necessárias para reprodução da vida).

Segundo Corrêa (1993), esses agentes transformadores do espaço são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e o Estado. Todos têm um papel fundamental na organização territorial da cidade e, mesmo tendo interesses dos mais diversos, apresentam relações entre si estreitadas a partir do objetivo comum neste caso, a acumulação do capital.

A ação de cada agente se faz de forma regularizada, com base em um marco jurídico e todas suas atuações implicam em um processo de continuidade e acumulação do capital, reprodução das relações de produção e a minimização dos conflitos sociais; característica essa particular do Estado. Em relação aos três primeiros agentes citados, eles têm a terra como meio de produção para a geração de mais – valia para obtenção de renda, diferenciando-se assim do Estado, que tem como função principal a diminuição dos conflitos gerados baseados nas diferenciações sociais na apropriação do espaço pelos outros agentes.

Sabe-se que o Estado atua em três níveis político-administrativos: Federal, Estadual e Municipal; as ações desses agentes se dão em parceria e convênios entre eles. Mesmo possuindo uma característica distinta a obtenção do lucro, o Estado não atua de forma passiva na transformação do espaço para geração de capital. Essa parceria entre público e privado, acontece na mediação dos conflitos e burocracia existentes, sendo uma de suas funções principais nesse sentido, a resolutividade através da criação de leis e normas vinculadas ao uso do solo. Dessa forma o Estado se apresenta como gestor (regulamentador, controlador, limitador) e produtor (investidor na produção de espaços destinados ao uso coletivo).

O rápido crescimento das cidades e a ocupação sem um adequado controle do solo urbano propiciaram a criação de espaços sem os devidos serviços básicos para manutenção e

reprodução da vida. Tal falta de planejamento se expressa na heterogeneidade da paisagem urbana na localização das residências e na característica das moradias.

A expansão territorial de qualquer cidade dá-se principalmente pelo aumento do número de pessoas residentes na área urbana e conseguinte necessidade da construção de novos espaços destinados a moradias. Inicialmente, essas novas áreas não encontram-se dotadas de infraestrutura necessária para receber a nova função dada a ela.

No entanto, é através da implantação de serviços públicos como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques, coleta de lixo, etc... interessantes tanto as empresas como a população em geral, que a atuação do Estado se faz mais corrente e esperado. (CORRÊA, 1993, p.24).

Mas, não compete exclusivamente ao Estado a implantação de serviços essenciais para expansão de novos espaços urbanos, seu objetivo se faz maior na redução da disparidade socioeconômica espacial produzida pela exclusão do capitalismo; coibir a especulação imobiliária e planejar a construção e ampliação de serviços e espaços urbanos. Para isso “Compete a União promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico (Estatuto das cidades, Art.3, inciso III).”

É na esfera municipal através da Câmara Municipal e sob a guarda do poder executivo que os interesses dos mais diversos grupos presentes na sociedade agem em prol de benefícios para fins coletivos, próprios ou particulares através da criação das leis. Essa ação tem por finalidade dar segurança jurídica a qualquer agente produtor do espaço para o fim que deseja executar no solo urbano.

As políticas de moradias destinadas à população de baixa renda têm propiciado uma nova configuração territorial nas cidades. Em sua maioria, com a ideia de ampliação da malha urbana, geralmente esses espaços destinados a expansão urbana, são áreas longínquas e desprovidas de serviços essenciais públicos, aumentando a segregação social, partindo de um discurso e ação de inclusão.

A ação do Estado não age somente na transformação do espaço físico, “é uma reforma social estrutural, com uma muito forte e evidente dimensão espacial, tendo por objetivo melhorar a qualidade de vida da população, especialmente de sua parcela mais pobre, e elevar o nível de justiça social” (SOUZA, 2008, p.112).

Para Corrêa (1993, p.19), os promotores imobiliários formam-se através de um conjunto de agentes que realizam parcial ou totalmente as operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, depois passando ao processo de comercialização ou transformação do capital-mercado em capital- dinheiro.

Ressalta-se que, esses promotores em sua maioria não tinham seu interesse na retenção de terras para sua posterior escassez e aumento de preço. Esses antigos detentores de terras, antes consideradas rurais por sua funcionalidade, vão incorporar, através do parcelamento do uso do solo, a ingestão do capital na condição do lucro transformando a terra em mercadoria.

Essa característica é o que difere os proprietários fundiários dos especuladores imobiliários: valor de troca x valor de uso. Desta forma, esse tipo de empreendimento particular gera um pacto de relações interdependentes consumistas entre vários membros da sociedade atraídos pelo interesse próprio de cada setor.

É o interesse do valor de troca e uso da terra que vai desencadear muitas vezes outros tipos de características dos agentes pela busca do lucro. Alguns desses promotores imobiliários também são tidos como proprietário-construtor do terreno, sendo eles os próprios responsáveis pela venda do solo, construção dos imóveis e serviços de infraestrutura. Esse tipo de promotor é competitivo e atua em grande escala devido ao custo reduzido na construção dos imóveis tornando o preço dos imóveis a serem comercializados mais baratos que outros oferecidos no mercado. O valor desses imóveis também será determinado pela localização do terreno, serviços de infraestrutura e posteriormente a futura valorização espacial decorrente dessa ocupação.

Cada apropriação oriunda dos modos do uso do solo vai desencadear diferenciações espaciais decorrentes da condição econômica do proprietário que adquirir tal imóvel. Esse preço da terra e a facilitação para se adquirir os imóveis irão depender também do processo econômico e das políticas públicas para habitação de interesse social.

2. SÃO SEBASTIÃO DE LAGOA DE ROÇA: SUA LOCALIZAÇÃO E ELEMENTOS FISIAGRÁFICOS

O município de S.S. de Lagoa de Roça encontra-se situado na região Nordeste, localizado no Estado da Paraíba, na mesorregião do Agreste paraibano. Ainda de acordo com as divisões geográficas internas, o município é pertencente à microrregião de Esperança. Sua

área territorial é de 50 Km², representando 0.0884% do Estado, 0.0032% da Região Nordeste e 0.0006% de todo o território brasileiro.

Sua população atual é um pouco mais de 11.041 habitantes, segundo Censo do IBGE 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), com densidade demográfica de 221,34 hab./km². Com uma altitude média de 641 metros, o município localiza-se entre as coordenadas geográficas de 07°08'00''S e 35°83'00''W, estando a 107 Km da capital do Estado.

Limita-se ao Norte com o município de Esperança; ao Sul com Lagoa Seca; a Leste com Alagoa Nova e a Oeste com os municípios de Montadas e Areial, sendo cortado pela Rodovia Anel do Brejo BR-104.

O município de S.S de Lagoa de Roça encontra-se inserido nos domínios da bacia do Rio Mamanguape. Seus principais cursos d'água têm regime de escoamento intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico. Tendo seu clima classificado como Tropical Chuvoso, com verão seco; no qual sua estação chuvosa se inicia em Janeiro/Fevereiro com término em Setembro, podendo se adiantar até Outubro.

3. EVOLUÇÃO URBANA DE S.S de LAGOA DE ROÇA

Desmembrado do município de Alagoa Nova e levado a categoria de cidade em 1961, o município teve seu crescimento populacional considerável a partir de 1970. A cidade tem sua economia voltada para a agropecuária, tendo seus fluxos de comercialização direcionados para as feiras livres, principalmente de Esperança e Campina Grande. Observando a tabela 1, percebe-se o aumento da população do município e a concentração da população na zona rural.

TABELA 1. CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO DE S.S DE LAGOA DE ROÇA

ANO	POP. RURAL	POP. URBANA	TOTAL
1960	5.054	941	5.995
1970	5.531	1.143	6.674
1980	6.047	1.173	7.220
1990	7.014	1.768	8.782

2000	6.297	3.308	10.019
2010	6.382	4.659	11.041

Fonte: IBGE, Adaptado por: Anderson Mendes Gomes, 2015.

Dentre as várias características do processo de urbanização, é perceptível o crescimento da população urbana principalmente a partir da década de 1970, com notável aumento no ano 2000. A diferença entre o número dos habitantes da zona rural em relação à população classificada como urbana ainda é considerável, mas, a dinâmica espacial urbana atual demonstra que tal diferença é tendente a diminuir.

Para Corrêa (1989), o crescimento de uma cidade não é só populacional, mas também pode estar crescendo espacialmente sem estar recebendo mais pessoas. Neste caso, o crescimento físico difere do crescimento vegetativo e em si tratando de S.S de Lagoa de Roça, tal aumento se deu por ações do poder público municipal e especuladores imobiliários.

Percebeu-se nos últimos anos, a supervalorização do solo urbano próximo a áreas de sítios ou granjas que com a necessidade de acesso a novo solo, tais áreas tornam-se alvo de compra para o suprimento do *déficit* habitacional por parte do poder público e/ou objeto de mais-valia por parte dos especuladores imobiliários. A cidade aos poucos foi engolindo os pedaços de ruralidades e de naturezas, para em novas paisagens despertar interesses humanos por novos lugares de viver (SANTOS,1997 apud CARTAXO e NETO 2010, p.43).

O rápido crescimento da população urbana e a conseqüente expansão do espaço urbano desencadearam o aumento significativo de áreas carentes de infraestrutura como iluminação, água encanada, esgotamento sanitário e calçamento. Atualmente a rede de abastecimento de água do município conta com as seguintes operações: captação, adução, tratamento, reserva e distribuição d'água. Durante pesquisa, ao ser questionado sobre a quantidade de ruas existentes e quais necessitavam de calçamento e esgotamento sanitário, as informações apresentadas pela secretaria de obras e urbanismo não mostraram certeza no conhecimento da quantidade de ruas e quais necessitavam de obras básicas de infraestrutura.

Atualmente, grande parte das áreas com necessidade de infraestrutura básica é originária dos loteamentos existentes no município. Neste sentido, a especulação imobiliária tem tido um notável papel na expansão urbana do município nos últimos anos com o surgimento dos loteamentos. Com a intenção de demonstrar a importância que os loteamentos tiveram para o crescimento do espaço urbano, foi feito um levantamento junto à secretaria de obras e urbanismo no período do ano de 2004 até 2015. Na tabela 2 abaixo, percebe-se um

crecente número de aprovações de loteamentos a partir de 2008 com um aumento significativo no ano de 2010.

TABELA 2. LOTEAMENTOS APROVADOS EM S.S DE LAGOA DE ROÇA 2004-2015

ANO DE APROVAÇÃO	NOME DO LOTEAMENTO
2008	Bela Vista II
2009	Rocha Vital
2010	Severina Pinheiro de Souza II, São João, Izaura Alves Bezerra, Yorra I, Yorra II
2011	Araújo, Sampaio
2012	Antonio Pedro dos Santos I, Antonio Pedro dos Santos II
2013	Raimundo

Fonte: Secretaria de Obras e Urbanismo de S.S. de Lagoa de Roça. 2015.

Os processos ocorridos dentro da cidade têm a ação de vários agentes que (re) constroem o espaço refazendo a espacialidade da sociedade a partir de sua estrutura social. Uma característica típica das pequenas cidades é que a área central é destinada às famílias e pessoas de poder econômico aquisitivo maior. Assim Sposito (2008) expõe que, a maioria das cidades brasileiras teve seu crescimento voltado para as áreas centrais, tendo esses espaços a dotação dos mais variados serviços e estruturas necessárias para seu funcionamento, e as áreas ao entorno desses espaços, em sua maioria, tinham uso residencial às pessoas de menor poder aquisitivo.

Existem várias discussões intraurbana a respeito da escala e denominação de bairro, existindo várias abordagens tratando de seu conceito de forma bastante diversificada. Segundo autores como Ferreira (2004) apud Bezerra (2011, p.23), “essa diferenciação dá-se principalmente para orientação das pessoas e um melhor controle administrativo”.

Outros autores complementam a noção de bairro como um território de pertencimento de um indivíduo. Em algumas discussões apresentadas por Souza (1987) apud Bezerra (2011, p.23), o autor ressalta que “os elementos físicos e os laços afetivos estão intimamente ligados a população do bairro”. Essa porção do espaço seria dotada de elementos de dominação e pertencimento.

Não existe nenhuma lei de zoneamento das áreas intraurbana do município que denomine a quantidade de bairros existentes. De acordo com pesquisa informal através de

entrevistas, observa-se, entre os munícipes, que mesmo carecendo de uma lei que reconheça a organização atual que trate sobre a existência de bairro, existe um reconhecimento e divisão por parte de seus moradores com base em elementos físicos e laços afetivos.

Tendo como referência essa característica de divisão por parte de seus residentes, em sua estrutura intraurbana, o município tem sua configuração territorial definida atualmente em dois bairros: Centro e Santo Antônio. Não existe um levantamento socioeconômico sobre tais bairros, mas, a observação *in loco*, permite traçar características importantes dessas áreas.

No município, o bairro tido como Centro, por exemplo, abarca os principais serviços fornecidos ao município. Cortado pela BR-230, sua principal rua denominada José Rodrigues Coura concentra a sede da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Serviços de saúde de baixa e média complexidade (PSF, SAMU, CEO, POLICLINA), 11 (onze) mercadinhos, 02 (duas) padarias, 02 (duas) farmácias, 03 (três) correspondentes bancários, 02 (duas) escolas, entre outros.

De acordo com Santos (2001), as primeiras construções desta rua deram-se por volta de 1832, com o início da edificação do prédio da igreja católica do município com alguns casebres e uma pequena bodega. As povoações que se tornaram vilas e depois cidades, em sua maioria, tiveram seu início ao redor de uma capela ou cruzeiro.

No tocante a S.S. de Lagoa de Roça, o fator de cunho religioso teve fundamental importância para o crescimento de sua área, hoje considerada urbana. A partir de 1850 com a entrega da “Capela de São Sebastião”, várias famílias de poder aquisitivo maior procuraram construir suas moradias ao entorno do prédio religioso. O que permitiu que, em 12 de fevereiro de 1875, a vila fosse reconhecida como povoado. Além do mais, com o passar do tempo foram construídas mais casas e as atividades comerciais se concentraram nessa área, que possibilitou que esta rua alcançasse proporções atuais.

A construção do prédio da igreja católica foi de tamanha importância para a expansão da área urbana que, a única lei existente delimitando a zona urbana do município é datada de 10 de Fevereiro de 1984. Tal regulamento encontra-se nos arquivos da câmara municipal e o ponto de referência para zoneamento urbano descrito em seu primeiro artigo, é a igreja matriz.

Anteriormente chamado de Bela Vista, atualmente o Bairro Santo Antônio possui a maior área de expansão urbana do município através da construção de loteamentos. A mudança da nomenclatura do bairro se deu, justamente, por não existir lei que reconhecesse o

nome anterior, e a partir da construção de uma capela para o tido padroeiro do bairro, tal nome ficou reconhecido entre seus moradores.

As rugosidades do passado são bastantes presentes na paisagem do bairro. Tendo grande parte de sua área desmembrada recentemente da zona rural, ainda podem ser encontradas ao seu redor e dentro dele, porções de terra destinadas à agricultura e pastagem de gado. Como aponta Souza (2001), essa faixa de transição é chamada de franja rural-urbana ou espaço periurbano.

FIGURA 1- RESIDÊNCIA E GADO AINDA PRESENTES EM LOTEAMENTO RECÉM INAUGURADO



Fonte: Anderson Mendes Gomes, 2015

Mesmo tendo função característica de propriedade rural, essas porções de terra destinadas à pastagem e agricultura dentro do espaço urbano, não têm a mesma intencionalidade de uso anteriormente. O uso da terra não é mais visto enquanto meio de vida através da produção de alimento, e sim, valorizado em uma perspectiva de produção de capital através do seu parcelamento e comercialização de suas porções.

3.1- A AÇÃO DO ESTADO NO MUNICÍPIO

Muitos problemas incorporados ao espaço urbano ocorrem devido à (re)organização e consequentes atos dentro da cidade, voltados a atender a intenção de seu agente (re)produtor. Tais ações são baseadas em um discurso que visa à promoção de um bem estar social e conseqüente desenvolvimento territorial para a reprodução do capital.

Corrêa (1993), ao discutir os instrumentos que o Estado pode empregar em relação ao espaço urbano o revela como “um agente complexo e possuidor de uma gama de possibilidades de atuação em diversos setores da sociedade. Sendo gestor, produtor, regulador, empreendedor e planejador” (RAZENTE, 1984, p. 31 apud Bortolo), possuindo um enorme poder de resolutividade dos conflitos e necessidades sociais existente no espaço.

Dentro das pequenas cidades, o Estado se caracteriza como um dos principais agentes construtores e modeladores da morfologia urbana, principalmente na construção de moradias e fornecimento de serviços. Dessa forma, suas ações são dotadas de estratégias diferenciadas, a partir do seu setor de atuação e necessidade presente no espaço. Cabe a esfera municipal a legislação e suplementação de leis de interesse local, para garantir o desenvolvimento das funções sociais na cidade e o bem estar de seus habitantes (Estatuto das cidades, Art.182). Em si tratando de Estado, as suas leis devem levar em conta todos os interesses dos membros presentes na sociedade. E para tais procedimentos, existem diretrizes que regem o crescimento do espaço urbano, dentre elas destacam-se o plano diretor e o código de obras.

O crescimento rápido das cidades levantou a importância do acompanhamento por parte do poder público para o planejamento e gestão dos novos espaços que estavam sendo construídos. Diante disso, é de fundamental relevância a interferência da esfera municipal no que tange a criação e suplementação de leis presentes no Estatuto das Cidades. Segundo levantamento feito na câmara de vereadores e prefeitura, o município de São Sebastião de Lagoa de Roça possui uma única lei municipal de nº 76/97, a qual trata sobre o uso e parcelamento do solo, bem como concede diretrizes para o zoneamento da cidade.

O Código de obras e uso do parcelamento do solo garante a segurança e salubridade das edificações presentes no município. Suas diretrizes devem ser atualizadas, de acordo com as exigências dos órgãos responsáveis em construção civil e devem orientar os procedimentos de aprovação de projetos e licenças para a execução das obras.

Ao avaliar os diversos artigos presentes na lei municipal e comparar com a realidade percebeu-se que, o parcelamento do uso do solo municipal tem ocorrido muitas vezes sem obedecer a legislação vigente, além disso, uma parte das moradias não satisfazem as exigências mínimas durante sua construção. Durante entrevista, o Sr. José dos Santos (Secretário de Obras e Urbanismo), levantou as dificuldades presentes na aplicabilidade da lei, sendo estas as principais: falta de pessoal com dedicação exclusiva ao serviço e

proximidade de relacionamento para cobrança de cumprimento as resoluções presentes em lei. A respeito disso, Corrêa (1993) afirma que:

É no nível municipal, no entanto que, estes interesses se tornam mais evidentes e o discurso menos eficaz. Afinal, a legislação garante a municipalidade muitos poderes que advêm, ao que parece, de uma longa tradição reforçada pelo fato que, numa economia cada vez mais monopolista, os setores fundiário e imobiliário, menos concentrados, constituem-se em fértil campo de atuação para as elites locais. (CORRÊA, 1993, p.26).

Tal ação promove uma descontinuidade administrativa nas questões referentes aos desafios a serem enfrentados pelo governo e suas sugestões de resolutividade. Além da conivência do poder público, percebe-se em muitos casos, a presença de donos de loteamentos ou pessoas ligados a eles, na influência de cargos ou apoio político. Esses interesses e alianças fortalecem principalmente a ilegalidade, quando existe o burlamento das leis, prevalecendo o interesse privado acima do coletivo.

Assim percebe-se que, “o Estado planeja suas ações e não atua de forma neutra no espaço. Suas ações são dotadas de intencionalidade e tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos da classe dominante que, a cada momento, estão no poder” (CORRÊA. 1993 p. 26).

Tais atuações resultaram no espaço, um lugar de disparidades socioeconômicas bastante diversificadas. As distinções, muitas vezes criadas para atender a necessidade de grupos influentes no meio social, produziram um crescimento sem um ordenamento que pudesse assegurar a qualidade de vida de seus moradores. Assim, a cidade foi tendo sua expansão urbana sem que houvesse o crescimento paritário para suprimento de suas necessidades essenciais, tais como: mobilidade, saneamento básico, habitação e saneamento ambiental.

Em virtude dos problemas causados pela falta de planejamento urbano por parte do Estado, surgiu a necessidade da chamada “reforma urbana”. Essa reforma tem sua atuação voltada para mudança direta do aspecto físico da cidade através da participação popular e controle social, tendo como processo de interferência na transformação do espaço discussões das ações na cidade de forma integrada para diminuição das desigualdades sociais, desperdício de recursos e ineficiência em sua aplicação. De acordo com o secretário de obras e urbanismo, o município possui instrumentos de participação popular nas ações dentro do setor urbano. Mas, em contraponto, na informação obtida, não foi apresentado nenhum

registro oficial de reuniões comunitárias e pesquisa para atender às necessidades da população.

Durante observação, ao analisar as necessidades existentes e ações da prefeitura no espaço urbano, percebeu-se atuações desconcentradas segundo seu nível de necessidade. Não existe em muitos casos uma continuidade e/ou término das obras, aumentando assim, uma quantidade significativa de obras inacabadas na cidade. Muitas vezes, tal ação causa um desconforto social considerável entre seus moradores que, em muitos casos, têm seus problemas aumentados pelo atraso e/ou abandono de conclusão da obra.

Iniciado seu projeto de calçamento no ano de 2012, a Rua Antônio Apolinário concentra o maior número de moradores que recebem benefício por parte do poder público municipal, denominados de “eventuais” (pagamento de aluguel, conta de água, energia elétrica, botijão de gás), e do governo federal (Bolsa família). Devido à carência de recursos financeiros, por parte de seus moradores, essa rua, por muitos anos, teve como promessa em campanhas eleitorais, a construção de seu calçamento e instalação de rede de esgotamento sanitário.

Ao se iniciar as obras de saneamento básico e calçamento, alguns residentes relataram, durante visita de estudo de campo, que, tal obra naquele ano representava a melhoria da qualidade de vida de seus moradores, bem como, a diminuição das doenças advindas da falta de saneamento básico. No decurso do processo eleitoral, do ano de 2012 e tendo o início da obra já executado, a Rua Antônio Apolinário tornou-se alvo de concentração política dos candidatos ligados a então administração municipal que, usavam a obra como instrumento de captação indireta de votos. Ao término do pleito eleitoral e derrota nas urnas do então prefeito, em poucos dias a obra teve seu andamento paralisado, sendo alegado pelo então gestor municipal a falta de recursos para conclusão da obra.

FIGURA 2- EQUIPAMENTOS DA OBRA EXPOSTOS



Fonte: Anderson Mendes Gomes, 2015

FIGURA 3: INÍCIO DA PARTE INACABADA DA OBRA



Fonte: Anderson Mendes Gomes, 2015

Devido transtornos causados pela falta de continuidade das obras, percebeu-se durante visita *in loco*, o grande descontentamento de alguns moradores e indignação. Tal insatisfação, já promoveu inúmeros comentários e debates em redes sociais e idas dos moradores à prefeitura municipal pedindo continuidade da obra. A partir dessa ideia, Souza (2001) escreve que:

As tensões se vão avolumando a medida que os problemas sociais de base, alimentadores de problemas urbanos como a pobreza e a segregação, e influenciadores, por tabela, das estratégias ilegais de sobrevivência, não são resolvidos ou mesmo se agravam. Ressentimentos entre os pobres e aqueles que são segregados, de um lado, e aqueles que se auto segregam (ou a classe média e as elites urbanas em geral), de outro, recrudescem, e os preconceitos e ódios de parte de multiplicam (SOUZA, 2001, p.89).

Em contraponto aos problemas citados, a Rua Aderaldo Primo Tomaz, pertencente ao loteamento “Severina Pinheiro de Souza I”, teve seu calçamento e instalação de sua rede de esgotos no ano de 2013. Na sua implantação no ano de 2003, o loteamento não possuía rede de esgotos, iluminação pública, água encanada e calçamento. Ao longo do seu processo de crescimento, através da construção de moradias, bem como a aparente necessidade de serviços básicos para manutenção da qualidade de vida, foi relatado por moradores, durante pesquisa, que os residentes, do então loteamento, uniram-se em uma compra de material de construção para canalização de uma rede de esgotos provisória até a execução da obra, por parte do poder executivo municipal.

Passaram-se os anos e, terminado o pleito eleitoral de 2012 e assumido uma nova gestora municipal, o proprietário Genário Fernandes de Souza, o qual apresentava significativa relação de proximidade com a administração, em menos de sete meses, teve seu loteamento beneficiado com a implantação da rede de esgotamento sanitário e calçamento da primeira rua do loteamento.

FIGURA 4: OBRA DE CALÇAMENTO E SANEAMENTO BÁSICO DA RUA ADERALDO PRIMOTOMAZ



Fonte: Anderson Mendes Gomes, 2013

FIGURA 5 : RUA ADERALDO PRIMO TOMAZ



Fonte: Anderson Mendes Gomes, 2015

Dessa forma, percebe-se a ação do Estado direcionada indiretamente ao favorecimento particular de um promotor, através do discurso de benefício coletivo para a sociedade. As ações induzidas pela gestão municipal também desencadeia um beneficiamento do proprietário imobiliário, tendo uma maior valorização e conseqüente aumento dos seus lotes de terras, por intermédio do investimento estatal realizado. Portanto, “o espaço se reproduz, de um lado, a partir da contradição entre produção socializada e apropriação privada e, de outro, a partir da luta no interior da sociedade entre o que é necessário ao processo de reprodução do capital e o que a necessidade como um todo necessita” (CARLOS, 2009, p.84).

S.S. de Lagoa de Roça possui sua receita advinda principalmente do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), sendo essa principal causa apontada pelo secretário de obras a grande dificuldade para a realização de ações que visam diminuir a falta de estrutura nas ruas da cidade. Mesmo considerado poucos na última década, os empreendimentos públicos realizados, analisados na tabela 2, mostram as ações da prefeitura voltadas a atender as necessidades básicas da população na área de saúde, educação, infraestrutura e ampliação do espaço urbano.

Tabela 2. EMPREENDIMENTOS ENTREGUES E/OU EM EXECUÇÃO NO MUNICÍPIO 2014-2015

Tipo de empreendimento entregue e/ou em execução	Quantidade
Praça Pública (Construção, reforma)	03
Escola	01
Unidades Habitacionais	60 entregues, 30 em construção
Calçamento de ruas	08
Estádio Municipal de Futebol	01 (em construção)
Áreas desmembradas da Zona Rural	07
Creche Municipal	01 (em construção)

Fonte: Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo./Org: Anderson Mendes Gomes, 2015

A incorporação imobiliária na área urbana do município, apoiada e em alguns casos executada por parte do Estado, tem causado, nos últimos anos, uma visível valorização em seu entorno e conseqüente surgimento de loteamentos. Tal fato é aparente próximo ao “loteamento Izaura Alves Bezerra”, entregue à população no ano de 2012 para fim de conjunto habitacional. Em menos de três anos, após sua entrega, o entorno do espaço tem tido expansão de sua área, a partir do interesse tanto do poder público, quanto dos promotores imobiliários do município.

A construção de conjuntos habitacionais dá-se em espaços afastados e precários de infraestrutura. Assim, a partir da escolha de espaços afastados, o Estado cria condições de reprodução de classes e amplia o processo de acumulação de capital através da existência das novas áreas. O conjunto habitacional anteriormente citado localizava-se em uma área rural antes de seu desmembramento e construção por parte da prefeitura.

A habitação urbana se não for dotada de redes de infraestrutura (água, esgotamento sanitário, energia elétrica, pavimentação e drenagem pluvial) será apenas mais um retrato e comprovação da exclusão social no processo de reorganização espacial dentro da cidade. Dessa forma, durante análise, constatou-se que, o loteamento “Izaura Alves Bezerra”, inicialmente, só teve o objetivo da diminuição da carência habitacional concretizado. Em relatos obtidos através de entrevista, seus moradores descreveram a precariedade nos aparelhos de infraestrutura no ano de sua entrega. Nenhuma casa era provida de serviço de energia elétrica, água encanada, rede de esgoto e pavimentação.

Souza (2008), ao discutir a reação dos diversos grupos sociais referentes aos problemas urbanos, destaca que suas ações são dotadas de maneiras diferentes, conforme sua classe social e circunstâncias. Muitas pessoas em busca de uma qualidade de vida melhor escolhem residir em condomínios fechados; outras, buscam adquirir imóveis em áreas mais baratas mesmo que desprovidas de infraestrutura e, ainda, existem aquelas que não saem do seu espaço por não ter opção de melhoria, mas, reivindicam avanços.

Alguns moradores do loteamento acima citado, disseram não ter descontentamento ao obter o imóvel, pois “ como estava às vésperas de uma eleição municipal, era melhor garantir o poder da casa inicialmente” (relato de um morador durante entrevista informal) . “Certas reações, como as estratégias de sobrevivência ilegais, contribuem, em si mesmas, para agudizar a problemática de declínio dos padrões de sociabilidade e qualidade de vida” (SOUZA, 2008, p.87).

Em entrevista, muitos moradores expuseram sua insatisfação em relação aos serviços de infraestrutura presente na unidade habitacional. Segundo relatos, alguns residentes uniram-se e de forma particular, instalaram uma rede de esgotamento sanitário até que a gestão municipal inicie a dotação de equipamentos necessários para uma melhor qualidade de vida. Atualmente o conjunto citado possui apenas água encanada e iluminação pública.

Mesmo tendo significativa carência de infraestrutura, com o passar do tempo, a área em seu entorno tem sido alvo de grandes investimentos. Por parte da prefeitura municipal, existe decreto datado no ano de 2010 que cita: desapropriação de terra próxima ao então loteamento para a implantação de núcleo de esporte e lazer, bem como projeto para a construção de uma UBSF (Unidade Básica de Saúde da Família). Ao lado dessas futuras obras, o poder público municipal iniciou, em 2014, a construção de uma creche destinada às crianças carentes do município.

Dessa forma, baseado na construção da unidade de conjunto habitacional, percebe-se o crescente processo de valorização e concentração de empreendimentos produzidos pela prefeitura a partir da infraestrutura que se é criada para inúmeras funcionalidades presentes na área. Apoiado nesse crescimento e dotação de infraestrutura necessária para seu funcionamento, o entorno da área citada vem sendo alvo de grande especulação imobiliária por ter grandes porções de terras consideradas rurais, bem como, tem sido um espaço atrativo para construção de casas a partir dos benefícios oferecidos pelo Estado. Essas ações de especulação imobiliária próxima às áreas de construção de espaços públicos contribuem significativamente para o crescimento da área urbana, principalmente nas pequenas cidades.

Os empreendimentos públicos acima citados ocasionaram inúmeras transformações na configuração espacial urbano na última década, bem como, nas práticas socioespaciais estabelecidas a partir da construção dos mesmos. Ao analisar sua estrutura ao entorno desses empreendimentos, pode-se concluir que, os demais empreendimentos privados (casas, edifícios, loteamentos, comércio), surgiram indiretamente através dos benefícios de infraestrutura oferecidos pelo Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do crescimento e organização das cidades permite compreender os diversos processos existentes na produção do espaço e a atuação de seus principais membros. As ações desses agentes ocorrem a partir da dinâmica espacial ao longo dos anos e da sua consequente (re)organização social. Dessa forma, o espaço urbano é dotado de condições estruturais bastante diversificadas de acordo com a intencionalidade do agente atuante em determinada área.

O crescimento da área urbana de São Sebastião de Lagoa de Roça é resultado do aumento demográfico nos últimos anos, mais principalmente das ações desses agentes que dotaram os espaços de funcionalidades diferentes. O surgimento dos loteamentos, abertura de novas avenidas, construção de equipamentos públicos em áreas antes sem funcionalidade e dotação de infraestrutura ocasionaram, nos últimos dez anos, uma expressiva expansão da área urbana do município e conseguinte valorização.

Com bases nos resultados obtidos, pode-se concluir que, a abertura de novos loteamentos permitiu um crescimento acelerado do espaço urbano no município. Também percebe-se que, as expansões de novas áreas desse empreendimento se deu com a dotação de infraestrutura executada pelo Estado. Mas essa dotação de serviços básicos, ao longo dos anos, não acompanhou o ritmo de crescimento da cidade, aumentando assim os problemas estruturais existentes.

Neste sentido, essa pesquisa procurou destacar as ações desempenhadas pelo Estado, bem como, a forma de planejamento e execução de obras ao longo dos anos para amenizar os problemas estruturais advindos desse expressivo aumento de sua área tida como urbana. Percebeu-se que, o Estado enquanto gestor e planejador, muitas vezes, teve suas ações paralisadas e entregues para a população de forma incompleta. Dessa forma, gerou um aumento de áreas com problemas em sua infraestrutura bastante complexos.

Mesmo alguns espaços tendo sido construídos por parte do poder público sem a dotação de infraestrutura básica para seu funcionamento, as áreas ao seu entorno tiveram grande valorização e aos poucos se tornaram alvo de especuladores imobiliários. A construção do loteamento Izaura Juvino da Silva ocasionou, ao seu redor, uma conseguinte edificação de futuros serviços básicos para lazer, esporte, educação e saúde, como também, influenciou nas transformações de terras antes consideradas rurais para transformação de espaço tido como

urbano , a partir de seu desmembramento territorial e divisão de seus lotes para obtenção de lucro da transformação da terra em mercadoria através do parcelamento do uso do solo.

Dessa forma, buscou-se refletir principalmente sobre a atuação do poder público, agente de grande responsabilidade do crescimento urbano nas pequenas cidades. Para tanto, percebeu-se que tais ações executadas não foram neutras e estavam dotadas de discursos baseados na promoção do bem estar social, mesmo que, em alguns casos era para beneficiamento indireto de outros agentes produtores do espaço. Neste sentido, a pesquisa possibilitou destacar as ações marcadas por interesses na produção do espaço urbano de São Sebastião de Lagoa de Roça, bem como, conceder dados históricos e atuais das mudanças na morfologia urbana ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Josué Alencar. **Como Definir o Bairro? Uma Breve Revisão**. GEOTemas, Pa dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v.1, n.1, p. 21-31, jan./jun; 2011.

BORTOLO, Carlos Alexandre de. **A Produção de um Espaço Público e os Agentes Produtores da cidade: O caso do Lago Igapó em Londrina – PR**. GeoUERJ, Rio de Janeiro, V.2, n.21, p.287-311, 2º semestre de 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 2ed. São Paulo: Ática, 1993.

_____. **Região e Organização Espacial**. 2ed. São Paulo: Ática, 1987.

DAMIANI, Amélia. **População e Geografia**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2009.

GOMES, Horieste. **A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. 2ed. São Paulo: Contexto, 1991.

IBGE. Censo demográfico de 2010. Dados Obtidos via internet na SIDRA/IBGE. www.ibge.gov.br.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Valter Araújo dos. **São Sebastião de Lagoa de Roça: Anotações para sua História**. Solânea: Gráfico Fabrício, 2001.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação B. **Capitalismo e Urbanização**. 15ed. São Paulo: Contexto, 2008.